

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Mobibrasil Expresso Ltda.
São Lourenço da Mata - PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **Mobibrasil Expresso Ltda** (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Mobibrasil Expresso Ltda.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Adoção inicial CPC 06(R2) - Contratos de arrendamento

O CPC 06(R2) - Contratos de arrendamento teve a aplicação requerida a partir de 1º de janeiro de 2019, tendo como principal impacto o reconhecimento e mensuração do ativo de direito de uso e passivo de contratos de arrendamento. Até a conclusão de nossos trabalhos a Empresa não nos apresentou análise dos contratos de arrendamento, bem como não identificamos a aplicação da respectiva norma das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Caso a Empresa tivesse efetuado a análise dos contratos de arrendamento, certos elementos das demonstrações contábeis poderiam ter sido afetados de forma relevante. Os possíveis efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Transação com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, que divulga que a Empresa realiza transações com partes relacionadas em condições determinadas entre elas. Desta forma, as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada ao assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro 2024

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram por nós auditadas e emitimos nosso relatório de auditoria datado de 27 de maio de 2025, que continha a seguinte ressalva: Adoção inicial CPC 06 (R2) - Contratos de arrendamento.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de março de 2026.

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA

Balances patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.661	930	Fornecedores	13	5.366	5.149
Contas a receber de clientes	6	25.793	59.781	Empréstimos e financiamentos	14	24.410	41.501
Estoques	7	2.551	2.224	Obrigações trabalhistas	15	8.430	7.411
Adiantamentos	8	19.813	8.890	Obrigações tributárias	16	621	519
Outros ativos	10	1.365	858	Parcelamentos tributários	17	2.512	2.629
		80.183	72.683	Processos cíveis e trabalhistas a pagar	18	747	693
				Partes relacionadas	11	-	1.167
Não circulante				Outros passivos		1.330	2.279
Realizável a longo prazo						43.416	61.348
Aplicações Financeiras	9	301	260	Não circulante			
Partes relacionadas	11	74.451	15.189	Empréstimos e financiamentos	14	211.412	95.685
		74.752	15.449	Parcelamentos tributários	17	5.601	6.016
				Provisão para contingências	19	1.135	991
Imobilizado	12	151.070	136.191	Passivo fiscal diferido	20	14.341	11.250
		151.070	136.191			232.489	113.942
				Patrimônio líquido	21		
				Capital social		30.100	30.100
				Reservas de lucros		-	18.933
						30.100	49.033
Total do ativo		306.005	224.323	Total do passivo e patrimônio líquido		306.005	224.323

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andréa Chaves Guerra
CPF nº 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	22	238.457	208.830
Custos dos serviços prestados	23	(160.247)	(144.162)
Lucro bruto		78.210	64.668
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(15.163)	(13.534)
Despesas com pessoal	23	(7.367)	(5.962)
Outras receitas e despesas operacionais	23	71	(477)
		(22.459)	(19.973)
Resultado antes do resultado financeiro		55.751	44.695
Receitas financeiras	24	1.946	543
Despesas financeiras	24	(22.868)	(16.621)
		(20.922)	(16.078)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		34.829	28.617
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	25	(406)	(18)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	25	(3.091)	(11.826)
		(3.497)	(11.844)
Lucro líquido do exercício		31.332	16.773

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andréa Chaves Guerra
CPF n° 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do período	31.332	16.773
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>31.332</u>	<u>16.773</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andréa Chaves Guerra
CPF n° 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucro		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	30.100	3.160	19.410	-	52.670
Lucro líquido do período	-	-	-	16.773	16.773
Destinações do lucro do período					
Constituição de reserva legal	-	839	-	(839)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(159)	-	(160)
Dividendos adicionais	-	-	(19.250)	-	(19.251)
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.000)	-	(1.000)
Retenção de lucros	-	-	15.934	(15.934)	-
Aumento de Capital Social (NE nº 20.1)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	30.100	3.999	14.935	-	49.033
Lucro líquido do período	-	-	-	31.332	31.332
Destinações do lucro do período					
Dividendos	-	-	(50.265)	-	(50.265)
Retenção de lucros	-	(3.999)	35.331	(31.332)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	30.100	-	-	-	30.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andréa Chaves Guerra
CPF nº 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	31.332	16.773
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	18.914	17.466
Provisões de contingências	144	(895)
Constituição/(reversão) de passivo diferido	3.091	11.250
Valor residual do ativo imobilizado baixado	497	2.781
Juros e variações monetárias incorridas	20.523	13.783
	74.501	61.158
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	33.988	(51.239)
Estoques	(327)	(450)
Adiantamentos	(10.923)	(2.590)
Outros ativos	(507)	(377)
Impostos a recuperar	-	576
Depósitos judiciais	-	22
Fornecedores	217	(18)
Obrigações trabalhistas	1.019	295
Obrigações tributárias	102	173
Parcelamentos	(532)	581
Processos cíveis e trabalhistas a pagar	54	281
Outros passivos	(948)	2.026
Caixa gerado pelas operações	96.644	10.438
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(34.291)	(66.827)
Aplicações de longo prazo	(41)	(208)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(34.332)	(67.035)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	130.776	100.023
Amortização do principal e juros	(52.663)	(48.204)
Distribuição de dividendos	(50.265)	(19.409)
Juros sobre capital próprio	-	(1.000)
Recursos líquidos provenientes de mutuos com partes relacionadas	(60.429)	23.918
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(32.582)	55.328
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	29.731	(1.270)
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	930	2.200
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	30.661	930
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	29.731	(1.270)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Andréa Chaves Guerra
CPF n° 018.801.294-00
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
CRC/PE 022.848/O-4
Contador

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mobibrasil Expresso Ltda. (“Empresa”) está constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada e está estabelecida e domiciliada no Brasil, com Sede na Rua Duque de Caxias, S/N - Capibaribe - São Lourenço da Mata, Pernambuco - CEP: 54.705-210. Possui 3(três)filiais conforme abaixo:

- a) **Filial 01:** CNPJ sob o nº 18.938.887/0002-00 e no NIRE sob o nº 26.900.698.189 localizada no município de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Afonso Olindense, nº 1716, bairro da Várzea, CEP: 50.810-000.
- b) **Filial 02:** CNPJ sob o nº 18.938.887/0003-90 e no NIRE sob o nº 26.900.876.699, localizada no município de Recife, Estado de Pernambuco na Rua Antonio Lumack do Monte, nº 96, sala 104, edifício Emp. Center II, Boa Viagem, CEP: 51.020-350.
- c) **Filial 03:** CNPJ sob número 18.938.887/0004-71 e NIRE 26.900.912.172 localizada no município de Camaragibe, Estado de Pernambuco Avenida Doutor Belmino Correia, 4985 - Alberto Maia - Camaragibe/PE - CEP: 54771-000.

Em 10 de setembro de 2025 foi aprovada por unanimidade transformação de S.A. para Ltda., e a razão social passou de Mobibrasil Expresso S.A. para Mobibrasil Expresso Ltda. E teve seu registro na JUCEPE em 09 de outubro de 2025 sob arquivamento nº 26203704471 de 09 de outubro de 2025 e Protocolo 258465107 de 16 de setembro de 2025.

A Empresa tem por objeto social a exploração dos ramos de transporte coletivos de passageiros, de natureza municipal e intermunicipal, por veículos automotor de via terrestre e prestação de serviços de administração de bens e consultoria de gestão de frota.

Suas atividades relativas ao serviço de transporte coletivo de passageiros foram iniciadas a partir do mês de julho de 2014, por meio do Lote 02 da Concorrência Pública 002/2013 do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife - CTM, com prazo de concessão de 15 anos a contar da data da ordem de serviço da concessão, podendo ser prorrogado por mais cinco anos.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)**

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 23 de março de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa n° 11:** imobilizado (expectativa de vida útil remanescente);
- **Nota Explicativa n° 19:** provisão para contingências (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

3. Práticas contábeis materiais

A Empresa aplicou consistentemente as práticas contábeis descritas nas notas explicativas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente redutor das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

3.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

3.3. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)**

A vida útil estimada para os períodos correntes encontra-se apresentada na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)**

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.5. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.6. Obrigações trabalhistas

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8. Receita de Serviços

Quando a receita da prestação de serviços de transporte coletivo é confiavelmente estimada, a receita associada à transação é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço e incluem a receita não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base na quantidade de passageiros transportados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)**

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, quando a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, quando as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, puderem ser confiavelmente mensuradas e quando o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Juros de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido e corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras.

O valor contábil do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro.

3.11. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pelas Empresas.

Passivos financeiros são reconhecidos quando as Empresas assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte.

Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

(i) Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelo Grupo para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) o Grupo não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

(ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros do Grupo, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

3.12. Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS),

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)**

detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;

IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;

Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,

Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

A Empresa avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado na notas explicativa n° e n° [19] sobre provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)**

A Empresa atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Empresa mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Empresa reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções.

A Empresa não tem IR Diferido ativo de prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos.

A Empresa não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis;
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

5. Caixa de equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	134	439
Banco conta movimento	52	167
Aplicações financeiras (a)	<u>30.475</u>	<u>324</u>
	<u>30.661</u>	<u>930</u>

- (a) Estão representadas por recursos aplicados, principalmente, em fundos de investimento de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento predeterminado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Empresa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Grande Recife Consórcio Transporte (a)	25.705	59.692
Outros clientes	88	89
	<u>25.793</u>	<u>59.781</u>

- (a) Referem-se a contas a receber do serviço de transporte coletivo advindo da operação da concessão.

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

Aging list do contas a receber

	2025		2024	
	R\$	%	R\$	%
A vencer	12.311	47,73	1.921	3,21
Vencido até 30 dias	13.470	52,23	8.314	13,91
Vencido até 60 dias	-	-	2	0,00
Vencido até 90 dias	2	0,00	4.307	7,21
Vencido até 120 dias	-	-	9.067	15,17
Vencido até 365 dias	10	0,04	36.170	60,50
	<u>25.793</u>	<u>100,00</u>	<u>59.781</u>	<u>100</u>

7. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Peças e acessórios	1.969	1.649
Combustíveis	465	489
Rodagem - Pneus, câmaras e recapagens	61	38
Outros estoques	56	48
	<u>2.551</u>	<u>2.224</u>

8. Adiantamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores(a)	19.362	8.621
Adiantamento a funcionários	356	189
Outros adiantamentos	95	80
	<u>19.813</u>	<u>8.890</u>

(a) Desse montante, 11.2 milhões refere-se a saldo de adiantamentos realizados ao fornecedor NTA-ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA inscrito sob o CNPJ 04.298.976/0001-43 em 2025 e 2.9 milhões em 2024.

9. Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Nordeste	298	260
Banco Itaú	3	-
	<u>301</u>	<u>260</u>

Estão representadas por recursos aplicados, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI. Tais aplicações estão atreladas como forma de garantias vinculadas às operações de empréstimos e financiamentos nº 271.2020.340.679 com vencimento em julho de 2033, no Banco do Nordeste.

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

10. Outros ativos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prêmios e seguros a apropriar	55	6
INSS a recuperar	1.096	389
Outros	214	463
	<u>1.365</u>	<u>858</u>

11. Operações com partes relacionadas

A Empresa é controlada pela Terra Transporte e Participações Ltda., com 100% de participação no capital social. Além disso, a Empresa mantém relacionamento com outras partes relacionadas:

Os seguintes valores tratam-se das transações entre partes relacionadas:

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Terra Transportes e Participações Ltda.(a)	74.451	15.189	-	1.167
	<u>74.451</u>	<u>15.189</u>	<u>-</u>	<u>1.167</u>
Circulante	-	-	-	1.167
Não circulante	74.451	15.189	-	-

(a) Valores referem-se a contas correntes

Os saldos ativos e passivos se trata de mútuos entre as Empresas do Grupo MobiBrasil, os quais não incidem juros e atualização monetária.

Movimentação dos valores entre partes relacionadas

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldos no início do exercício	15.189	1.167
Adiantamentos/recebimentos de partes relacionadas	179.882	(19.062)
Recebimentos/pagamentos a partes relacionadas	(120.620)	17.895
Saldos no final do exercício	<u>74.451</u>	<u>-</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui todos os administradores da Empresa (diretores executivos e não executivos). Durante o exercício de 2025, não houve remuneração do pessoal-chave da administração por serviços prestados.

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

12.1.Composição

Grupo	Taxa depreciação (a.a.)	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10% a.a.	657	(143)	514	348
Veículos auxiliares	20% a.a.	579	(408)	171	247
Veículos operacionais	10% a.a.	207.642	(62.618)	145.024	131.079
Instalações e equipamentos	10% a.a.	3.067	(1.498)	1.569	1.714
Máquinas e ferramentas	10% a.a.	131	(68)	63	60
Benefitorias em imóveis de terceiros	20% a.a.	2.257	(1.140)	1.117	1.233
Usina energia solar - SLM	10% a.a.	622	(62)	560	622
Usina energia solar - Várzea	10% a.a.	221	(22)	199	221
Equipamentos de informática	25% a.a.	1.376	(1.058)	318	300
Outros imobilizados	-	1.535	-	1.535	367
		434.639	(67.017)	151.070	136.191

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2.Movimentação do Imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2025
Custo				
Moveis e utensílios	436	221	-	657
Veículos auxiliares	574	24	(19)	579
Veículos operacionais	183.146	32.565	(8.069)	207.642
Instalações e equipamentos	2.916	151	-	3.067
Máquinas e ferramentas	115	16	-	131
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.257	-	-	2.257
Usina energia solar - SLM	622	-	-	622
Usina energia solar - Várzea	221	-	-	221
Equipamentos de informática	1.231	145	-	1.376
Outros imobilizados	367	1.169	-	1.536
	191.885	34.291	(8.088)	218.088
Depreciação				
Moveis e utensílios	(87)	(55)	-	(142)
Veículos auxiliares	(327)	(91)	11	(407)
Veículos operacionais	(52.067)	(18.131)	7.580	(62.619)
Instalações e equipamentos	(1.202)	(297)	-	(1.499)
Máquinas e ferramentas	(56)	(12)	-	(68)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.024)	(117)	-	(1.141)
Usina energia solar - SLM	-	(62)	-	(62)
Usina energia solar - Várzea	-	(22)	-	(22)
Equipamentos de informática	(931)	(127)	-	(1.058)
	(55.694)	(18.914)	7.591	(67.018)
	136.191	15.377	(497)	151.070

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Fornecedores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores de combustíveis	3.471	3.276
Fornecedores de materiais e serviços	1.895	1.873
	<u>5.366</u>	<u>5.149</u>

14. Empréstimos e financiamentos

14.1. Composição

Vencimento	Banco	Taxa de juros	Tipo	31/12/2025	31/12/2024
2029	BRADESCO	2,09% + CDI	GIRO	1.883	2.448
2029	BRADESCO	2,78% + SELIC	FINAME	6.556	7.200
2029	BRADESCO	2,84% + SELIC	FINAME	6.566	7.311
2031	BRADESCO	2,84% + SELIC	FINAME	7.175	6.733
2029	ITAU	2,65% + SELIC	FINAME	4.648	5.150
2029	ITAU	2,78% + SELIC	FINAME	4.642	5.077
2029	MERCEDES	2,75% + SELIC	FINAME	2.546	2.808
2031	MERCEDES	2,84 % + SELIC	FINAME	2.031	1.270
2031	MERCEDES	2,84% + SELIC	FINAME	17.601	19.117
2030	MERCEDES	3,2% + SELIC	FINAME	3.942	4.260
2028	MERCEDES	3,2% + SELIC	FINAME	9.376	11.848
2032	NORDESTE	5,2219% + IPCA a.a	GIRO	5.678	6.037
2027	SAFRA	1,60% a.a	GIRO	5.800	9.667
2031	SAFRA	2,79% + SELIC	FINAME	23.646	24.509
2027	SANTANDER	2,30% + CDI	GIRO	2.083	3.750
2025	SANTANDER	1,60% + CDI	GIRO	-	20.000
2035	BNDES	7,79%	FINAME	30.937	-
2030	NC SENIOR	1,40% + CDI	EMPRESTIMO	50.000	-
	NC	18,50%			
2034	UBORDINADA		EMPRESTIMO	50.712	-
				<u>235.822</u>	<u>137.186</u>
				24.410	41.501
				<u>211.412</u>	<u>95.685</u>
				<u>235.822</u>	<u>137.186</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

14.2. Cronograma de vencimento de longo prazo

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Empresa:

Anos	2025	2024
2025	-	41.501
2026	24.410	32.491
2027	37.115	28.401
2028 em diante	174.297	34.793
	<u>235.822</u>	<u>137.186</u>

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos no início do exercício	137.186	71.584
Captações	130.776	100.023
Juros incorridos	20.523	13.783
Amortizações do principal e juros	(52.663)	(48.204)
Saldos no final do exercício	<u>235.822</u>	<u>137.186</u>

15. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários a pagar e encargos relacionados	3.162	2.686
Provisões de férias	5.268	4.725
	<u>8.430</u>	<u>7.411</u>

16. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ISS	28	1
INSS	381	339
Imposto de renda	149	178
PIS / COFINS	63	1
	<u>621</u>	<u>519</u>

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Parcelamentos

Parcelamento	Nº Parcelamento	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
PARCELAMENTO IRRF	02110001200393756252320	abr/28	378	485
FGTS	201273977	nov/26	74	141
Pert IIIB DEMAIS DÉBITOS	00910001300101918021803	dez/30	1.692	1.953
Especial Lei 13.496/17 - PERT PREV	625184750	jan/30	1.916	2.200
Parcelamento Simplificado	90841200054843842044	out/25		
Parcelamento Simplificado	90831200054843852040	out/25		
Parcelamento Simplificado	90821200054843832026	out/25		
Parcelamento Simplificado	90841200065716382063	nov/25		
Parcelamento Simplificado	90821200065716372045	nov/25		
Parcelamento Simplificado	90841200061717722097	nov/25	-	109
Parcelamento Simplificado	90841200035138142178	mai/26		
Parcelamento Simplificado	90821200035138132150	mai/26	66	203
Parcelamento Simplificado	02110001200524094102440	fev/29	-	2.566
Parcelamento PGFN	014011680	out/30	3.647	-
Parcelamento PGFN	014011681	out/30	49	-
CPRB	10480-734798/2020-47	nov/25	-	365
CPRB	19647-409141/2021-50	mai/26	39	122
CPRB	19647-409844/2021-88	ago/26	36	82
CPRB	19647-410035/2021-19	set/26	46	98
CPRB	19647-410148/2021-14	out/26	51	102
CPRB	19647-410474/2021-21	nov/26	56	106
CPRB	19647-410640/2022-71	dez/26	62	112
			8.113	8.645
Circulante			2.512	2.629
Não circulante			5.601	6.016
			8.113	8.645

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício de 2017, a Empresa fez adesão ao Programa especial de Regularização Tributário (PERT), aprovado pela Lei nº 13.496/2017, para pagamento em 145 meses, até janeiro de 2030. Os débitos incluídos neste parcelamento após as reduções e compensações legais previstas estão em fase de consolidação por parte do fisco.

18. Processos cíveis e trabalhistas a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Processos cíveis a pagar	729	280
Honorários advocatícios	18	203
Processos trabalhistas a pagar	-	210
	<u>747</u>	<u>693</u>

Corresponde a valores de acordos e sentenças judiciais já transitados e julgados, pendente apenas da liquidação financeira.

19. Provisão para contingências

19.1. Provisões

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão para as causas avaliadas com risco de perda provável, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	1.121	798
Trabalhistas	14	193
	<u>1.135</u>	<u>991</u>

Movimentação das provisões para contingências

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos no início do exercício	991	1.886
Novas provisões	1.135	-
Pagamento ou realização de provisão	(991)	(895)
Saldos no final do exercício	<u>1.135</u>	<u>991</u>

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa possui passivos contingentes relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, que foram avaliadas pela Administração e seus advogados e foram classificadas com risco de perda possível no montante de R\$ 11.607 (R\$ 3.756 em 2024). De acordo com as práticas contábeis, tais valores não são qualificáveis para registro contábil.

20. Passivo fiscal diferido

Foi constituída com base na razão de 15% de Imposto de Renda mais 10% para o adicional e 9% para contribuição social sobre os saldos remanescentes de diferenças temporárias, abatimento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a ser adicionada e/ou realizada da base tributável nos exercícios seguintes quando da realização.

Em decorrência dessa obrigação, foram atualizados e contabilizados os correspondentes efeitos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido no valor de R\$ 14.341 no exercício de 2025 e de R\$ 11.250 em 2024.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$ 30.100 mil e está representado por 30.100.000 quotas, no valor de R\$ 1 cada, totalmente integralizadas. Sendo 100% das quotas pertencentes à Terra Transportes e Participações Ltda.

22. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta		
Receita transporte coletivo	118.965	111.625
Receita de aluguel	90	90
Outras receitas	<u>123.261</u>	<u>99.646</u>
	242.316	211.361
Deduções da receita bruta		
INSS sobre faturamento	(3.841)	(2.523)
Outros impostos	<u>(18)</u>	<u>(8)</u>
	(3.859)	(2.531)
	<u>238.457</u>	<u>208.830</u>

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Natureza		
Descontos de órgão gestor	(26)	(24)
Gastos com impostos e taxas	(548)	(1.596)
Gastos com insumos	(60.743)	(58.251)
Gastos com pessoal	(64.401)	(56.836)
Gastos com serviços de terceiros	(24.147)	(18.753)
Gastos depreciação e amortização	(18.914)	(17.466)
Gastos gerais	(7.354)	(6.432)
Outros gastos com operação	(6.501)	(5.196)
Gastos com contingências	(143)	895
Valor residual do imobilizado baixado	71	(477)
	<u>(182.706)</u>	<u>(164.1135)</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(160.247)	(144.162)
Despesas gerais e administrativas	(15.163)	(13.534)
Despesas com pessoal	(7.367)	(5.962)
Outras receitas/(despesas) operacionais	71	(477)
	<u>(182.706)</u>	<u>(164.135)</u>

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.844	21
Juros ativos	197	548
PIS / COFINS sobre aplicação financeira	(95)	(26)
	<u>1.946</u>	<u>543</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(20.523)	(13.783)
Encargos financeiros diversos	(2.345)	(2.838)
	<u>(22.868)</u>	<u>(16.621)</u>
	<u>20.922</u>	<u>(16.078)</u>

25. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes do IR/CSLL	34.829	28.617
IR/CSLL à alíquota nominal (%)	34	34
	<u>(11.842)</u>	<u>(9.730)</u>
Efeito dos ajustes ao lucro tributável referentes às adições e exclusões	8.345	(2.114)
IR/CSLL no exercício (corrente e diferido)	<u>(3.497)</u>	<u>(11.844)</u>

26. Instrumentos financeiros

26.1. Riscos associados aos negócios

A Empresa está exposta a riscos diversos no ambiente de negócio em que atua como concessionária do serviço público de passageiros, porém com monitoramento e gestão estratégica permanentes da sua Administração. No momento do encerramento das demonstrações contábeis as suas atividades encontravam-se operando dentro da normalidade perante as regras do contrato de concessão pública assumida com o poder concedente, mantendo as áreas de operação e manutenção de frota sobre controle, não sendo identificada situação de anormalidade passível de risco de perdas significativas sobre as operações e a continuidade da Empresa que possam ter efeitos negativos relevantes a serem reconhecidos sobre as demonstrações contábeis.

O contrato de concessão encontra-se vigente até junho de 2029, podendo ser renovado por mais cinco anos.

26.2. Riscos de créditos

Em relação aos instrumentos financeiros a Empresa possui vários instrumentos, como: caixa e equivalentes de caixas por meio das operações de caixa e bancos (Nota Explicativa nº 5), contas a receber de clientes (Nota nº 6), Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14) e demais contas a receber e a pagar, bem como partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11), avaliados pelos valores de realização ou liquidação, sem riscos de variações significativas para serem recebidos e/ou liquidados ou atraso em suas contas.

Os empréstimos e financiamentos contratados até a data do balanço foram contraídos em moeda nacional a taxas predeterminadas com recursos do Finame e estão ajustados aos valores atualizados pelos encargos cobrados e juros pró-rata tempore contabilizados de acordo com o regime de competência até a data do balanço, não estando sujeitos a oscilações de taxas de juros ou de mercado, assim como, não há na Empresa instrumentos financeiros equiparados a derivativos sujeitos as variações de mercado.

As captações futuras de recursos para financiamentos de bens (renovação de frota) dependerão do cenário macroeconômico que regula as taxas de juros a serem confrontados com as tarifas do serviço de transporte a serem faturadas para o equilíbrio financeiro das suas contas, constituindo-se em fatores externos a serem administrados na continuidade dos negócios de acordo com a avaliação da Administração da Empresa.

MOBIBRASIL EXPRESSO LTDA.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

27. Eventos subsequentes

A Administração da Empresa considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro 2025 até a data da conclusão das referidas demonstrações contábeis.

Andréa Chaves Guerra
Representante Legal

Washington Barbosa da Silva
Contador CRC/PE 022.848/O-4